

# **ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS**

## **DIREITO LABORAL**

### **EXAME PARA CONTABILISTA CERTIFICADO – 31/10/2014**

**NOME:**

**Doc. Identificação:**

**Classificação:**

I

**Escolha a resposta correcta entre as opções apresentadas sinalizando-a de forma visível**

1. Qual é a diferença entre o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviços?
  - a) Não existe diferenças entre eles porque ambos importam a realização de uma actividade manual ou intelectual;
  - b) No Contrato de trabalho existem a subordinação jurídica, a retribuição e a actuação sob a autoridade e direcção da entidade patronal, características que não existem no contrato de prestação de serviços;
  - c) No Contrato de prestação de serviço existem a subordinação jurídica, a retribuição e a actuação sob a autoridade e direcção da entidade patronal coisa que não existe no contrato de trabalho;
2. A forma do contrato de trabalho é:
  - a) Escrito particular;
  - b) Escritura Pública;
  - c) Livremente escolhido pelas partes, podendo não observar forma alguma;
3. O Direito Laboral é um ramo do:
  - a) Direito Privado;
  - b) Direito Público;
  - c) Direito Civil Comum;
  - d) Direito Civil especial;
4. O Contrato de Trabalho traduz-se:
  - a) Num acordo vinculativo de vontades
  - b) Numa imposição do empregador.
  - c) Numa ordem emanada da entidade empregadora.
5. O contrato de mandato e o contrato de trabalho são sinónimos:
  - a) Sim, porque o mandato tem por objecto a prática de actos jurídicos
  - b) Não, porque no contrato de trabalho existe a subordinação jurídica.
  - c) Sim, pois são semelhantes sendo que ambos consistem na prática de actos materiais.
6. O trabalhador é um funcionário:
  - a) Público ou Privado porque o regime da função publica e do sector privado é o mesmo.
  - b) Privado;
  - c) Público ou privado conforme a sua ligação ao sector público ou privado respectivamente.
7. A retribuição
  - a) É uma contrapartida em dinheiro ou em dinheiro e espécie pelo trabalho prestado;
  - b) É o preço do trabalho prestado;
  - c) É uma prestação pecuniária, sempre em dinheiro destinadas a necessidades pessoal do trabalhador.
8. A entidade patronal tem como principal obrigação:
  - a) Fornecer ajuda espiritual ao trabalhador,
  - b) Respeitar a crença religiosa do trabalhador;

- c) Pagar uma retribuição ao trabalhador;
  - d) Respeitar a filiação política do trabalhador;
9. O Incumprimento do contrato de Trabalho por parte da entidade patronal é causa de:
- a) Caducidade.
  - b) Denúncia.
  - c) Resolução
10. O direito a férias é um direito:
- a) Da entidade patronal.
  - b) Do trabalhador.
  - c) De ambos.
11. Os trabalhadores estrangeiros, não residentes em Cabo Verde podem legalmente trabalhar:
- a) Sem contrato de trabalho;
  - b) Com contrato de trabalho;
  - c) Com contrato de trabalho, com o respectivo visto da Direcção Geral do Trabalho;
12. O trabalhador cabo-verdiano que tenha pelo menos um ano de trabalho, tem direito a:
- a) 20 dias úteis de férias;
  - b) 25 dias úteis de férias;
  - c) 30 dias úteis de férias;
  - d) 22 dias úteis de férias;
13. O contrato de trabalho pode ser:
- a) A termo ou sem termo;
  - b) Por tempo determinado ou termo incerto;
  - c) Por termo certo ou a prazo
14. No ano em que o trabalhador por tempo indeterminado iniciar a realização do seu trabalho, ele:
- a) Não tem direito a férias;
  - b) Tem direito a férias como qualquer trabalhador;
  - c) Tem direito a férias proporcional ao tempo de trabalho;
  - d) Tem direito a 7 dias de férias a partir dos seis meses;
15. Os créditos resultantes da violação ou da cessão do contrato de trabalho a favor da entidade patronal caduca no prazo de:
- a) 2 anos a contar do seu conhecimento;
  - b) 3 anos a contar do conhecimento;
  - c) 4 anos a contar do conhecimento;
  - d) 2 anos a contar da constituição do crédito;
16. Os créditos resultantes da violação ou da cessão do contrato de trabalho a favor do trabalhador caduca no prazo de:
- a) 2 anos a contar da cessação do contrato;
  - b) 4 anos a contar da cessação do contrato;
  - c) 5 anos a contar da cessação do contrato;
  - d) 3 anos a contar da cessação do contrato;
17. Os créditos resultantes da cessão do contrato de trabalho por despedimento sem justa causa a favor do trabalhador caduca no prazo de:
- a) 1 ano a contar do despedimento;
  - b) 2 anos a contar do despedimento;
  - c) 3 anos a contar do despedimento;
18. O direito à greve é um direito atribuído aos trabalhadores, sendo um direito:
- a) Absoluto e condicional;
  - b) Relativo e condicional;

- c) Fundamental dos trabalhadores podendo ser limitado pela entidade patronal;
19. O sindicato é:
- Uma associação sindical regional;
  - Uma associação permanente de trabalhadores para defender os seus interesses profissionais;
  - Conjunto de trabalhadores de uma empresa;
20. A greve deve ser marcada com uma antecedência mínima de:
- 10 dias;
  - 7 dias;
  - 5 dias;
  - 3 dias;
21. O período normal de trabalho tem um limite máximo de:
- 7 horas diárias e 40 horas semanais;
  - 8 horas diárias e 40 horas semanais;
  - 7 horas diárias e 44 horas semanais;
  - 8 horas diárias e 44 horas semanais;
22. São consideradas justificadas:
- Até 5 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 7 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 3 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 10 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
23. A relação jurídico-laboral extingue-se por vontade da entidade patronal pelas seguintes formas:
- Despedimento colectivo e despedimento individual por justa causa;
  - Por caducidade e despedimento colectivo;
  - Por acordo ou revogação e por Rescisão pelo trabalhador;
24. A relação jurídico-laboral extingue-se por vontade do trabalhador pela seguinte forma:
- Despedimento individual por justa causa;
  - Por caducidade e despedimento colectivo;
  - Por acordo ou revogação e por Rescisão pelo trabalhador;
  - Por rescisão;
25. Um trabalhador despedido sem justa causa, tem direito a:
- Ser reintegrado, no seu posto de trabalho e à retribuição referente ao período entre o despedimento e a reintegração e uma compensação no valor de dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
  - Dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
  - A uma indemnização no valor de um mês de salário por cada ano;
  - A ser reintegrado e à retribuição referente ao período entre o despedimento e a reintegração e em alternativa à não reintegração a uma compensação no valor de dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
26. O contrato de trabalho celebrado com quem não reside ou não se encontra a residir legalmente em Cabo Verde é:
- Válido;
  - Anulável;
  - Nulo;
  - Ineficaz;
27. A marcação do período de férias dever ser feita:
- Pelo trabalhador;
  - Por acordo entre o trabalhador e a entidade patronal;
  - Pela entidade patronal;
  - Pelos Tribunal;

28. A sanção disciplinar aplicável ao trabalhador que tem a menor gravidade é a suspensão do trabalhador com a perda de retribuição de 60 dias:

- a) Verdadeiro;
- b) Falso, pois existem outras sanções como a multa e o despedimento;
- c) Falso, porque tem ainda a admoestação escrita e a multa agravada até 6 dias do montante da retribuição;

29. O processo disciplinar deve, desde a sua instauração e comunicação ao trabalhador até ao despacho de arquivamento ou de punição ser concluído no prazo de:

- a) 60 dias;
- b) 90 dias;
- c) 120 dias;
- d) 45 dias;

30. Se a entidade patronal despedir um trabalhador por motivos políticos será punido com coima:

- a) Até 1 ano de retribuição que competia ao trabalhador;
- b) Até 2 anos de retribuição que competia ao trabalhador;
- c) Até 3 anos de retribuição que competia ao trabalhador;

31. O contrato promessa de trabalho é um contrato que deve ser celebrado:

- a) Por escrito;
- b) Por escritura pública;
- c) Com liberdade de forma

32. Quais são os elementos essenciais de um contrato de trabalho:

- a) Data de início, categoria e retribuição;
- b) Retribuição, data de início, local de trabalho e categoria profissional;
- c) Categoria, local e retribuição;
- d) Local, data de início e categoria profissional;

33. No contrato de trabalho por tempo indeterminado o período experimental tem uma duração máxima de:

- a) 2 meses;
- b) 3 meses;
- c) 4 meses;
- d) 6 meses;

34. Considera-se que o trabalhador abandonou o seu posto de trabalho, se faltar ao trabalho durante:

- a) 8 dias, sem ter dado notícias ao empregador;
- b) 10 dias seguidos sem ter dado notícias ao empregador;
- c) 10 dias interpolados sem ter dado notícias ao empregador;
- d) 10 dias úteis seguidos sem ter dado notícias ao empregador;

35. A remuneração para trabalho realizado em dia de descanso é de :

- a) 100% mínimo da retribuição normal;
- b) 100% máximo da retribuição normal;
- c) 50% da retribuição normal;
- d) 50% mínimo da retribuição normal;

36. O término do contrato a termo atribui ao trabalhador o direito a uma compensação de:

- a) 21 dias de retribuição por cada ano de trabalho;
- b) 15 dias de retribuição por cada mês de trabalho;
- c) 21 dias pelo primeiro ano e 15 dias pelos anos seguintes e 1,75 dias por cada mês;
- d) 20 dias pelo primeiro ano e 15 dias pelos anos seguintes e 1,5 dias por cada mês;

37. Qual é a idade mínima para trabalhar em Cabo Verde:

- a) 13 anos;

- b) 14 anos;
  - c) 15 anos;
  - d) 16 anos;
38. O Contrato de trabalho a termo, incluindo as suas renovações tem a duração máxima de:
- a) 1 ano;
  - b) 3 anos;
  - c) 5 anos;
  - d) 6 anos;
39. O processo disciplinar deve ser iniciado no prazo máximo de:
- a) 30 dias a contar da ocorrência da infracção disciplinar;
  - b) 60 dias a contar da ocorrência da infracção disciplinar;
  - c) 90 dias a contar da ocorrência da infracção disciplinar;
  - d) 120 dias a contar da ocorrência da infracção disciplinar;
40. A sanção disciplinar mais leve e a mais gravosa são as seguintes:
- a) Admoestação escrita e despedimento com justa causa;
  - b) Multa e despedimento com justa causa;
  - c) Admoestação e Suspensão;
  - d) Suspensão e despedimento com justa causa;

## II

Analise os seguintes casos, e dê a sua resposta com fundamento na legislação laboral:

1. Ilda celebrou com o Nuno um contrato através do qual este prestava o seu trabalho manual à Ilda como cozinheiro chefe, sob a sua orientação e direcção, em Achada Santo António, mediante uma retribuição no valor de 120.000\$00 mensal durante 1 ano.

O horário de trabalho estipulado era das 9h às 14h e das 18h às 21h, de terça-feira a sábado, e domingo das 10h às 14h.

Nuno trabalhou durante os feriados do Natal e Ano Novo dos dois últimos anos e 20 horas além do horário normal de trabalho.

No final do terceiro ano de trabalho Ilda não lhe renovou o contrato de trabalho.

Quid Juris?

2. Angélica e Teresa, ambas funcionárias do Banco ABC S.A, trabalharam durante 10 anos no banco, onde auferiam um salário no valor de 100.000\$00 cada. Elas foram informadas de que deixariam de trabalhar no banco por causa da diminuição da clientela do banco e do encerramento de uma das agências do banco. Quid Juris?

**Boa sorte!**

